

Comunidade e mediatização

Paulo Serra

Universidade da Beira Interior

Índice

1 Introdução	1
2 Espaço, número e sociabilidade	1
3 Comunidade e sociedade	3
4 Da multidão ao público – o papel da mediatização	6
5 Mediatização e conversação	9
6 Conclusão	12

1 Introdução

O desenvolvimento dos novos meios de comunicação e, em particular, da Internet, tem vindo a (re)colocar em primeiro plano a questão da relação entre comunidade e mediatização. Temas por demais conhecidos como os das “comunidades virtuais”, da “relação entre o local e o global”, das “identidades”, do “jornalismo comunitário” ou “de proximidade” relevam, de forma mais ou menos directa, desta mesma questão.

Contudo, a forma como a questão hoje é (re)colocada assemelha-se, em muitos aspectos, à forma como, nos finais do século XIX, Ferdinand Tönnies teorizou sobre os conceitos de “comunidade” (*Gemeinschaft*) e “sociedade” (*Gesellschaft*) enquanto formas de relação social características da pré-modernidade e da modernidade; e Gabriel Tarde sobre o papel da imprensa na emer-

gência da nova forma de sociabilidade representada pelos “públicos”, tão distantes das “multidões” do passado.

Levantam-se agora, como no tempo de Tönnies e Tarde, questões como as seguintes: o que se entende por comunidade? Que tipos de comunidade existem? Pode haver comunidades sem partilha de um território, meramente “virtuais”? A crescente mediatização das sociedades modernas não acarreta a destruição inexorável da própria ideia de comunidade?

Parece justificar-se, assim, e a propósito da questão da relação entre comunidade e mediatização, um “regresso” às teorizações de Tönnies e de Tarde – sem que um tal “regresso” signifique, obviamente, a mera assumpção, sem mais, dessas mesmas teorizações.

2 Espaço, número e sociabilidade

Se admitirmos, com Niklas Luhmann, que a sociedade é “um sistema autopoiético constituído por comunicações e que produz e reproduz ele mesmo as comunicações que o constituem por meio da rede dessas comunicações”,¹ facilmente concluiremos que o

¹ Niklas Luhmann, “La différenciation de la politique et de l’économie”, in *Politique et Complexité*, Paris, Les Éditions du Cerf, 1999, p. 52.

espaço e o número – o território e a população – têm uma importância decisiva para a forma que assumem essas comunicações e, portanto, a sociedade que elas constituem.

Não admira, assim, que pelo menos desde Aristóteles se tenha colocado a questão de saber se haverá um limiar em termos de espaço e de número a partir do qual a *polis* não possa existir e/ou funcionar.

A resposta do estagirita a esta questão é, como se sabe, a de que a cidadania – a “capacidade de participar na administração da justiça e no governo”² – tem, como pressupostos fundamentais, um território e um número de cidadãos limitados.³

Já no século XVIII, Rousseau aponta como uma das razões da impossibilidade de transpor para o novo tempo o velho modelo da comunidade (grega) e, assim, da democracia, a inexistência de “um Estado muito pequeno, em que o povo seja fácil de convocar e em que cada cidadão possa facilmente conhecer todos os outros”.⁴

Este problema do espaço e do número é consciencializado também, de forma perfeita, por alguns dos mais proeminentes “pais da sociologia” que, nos finais do século XIX e princípios do século XX, se dão conta da emergência de um novo tipo de sociedade, industrial e urbana, que não pode, de forma alguma, ser descrita nos termos tradicionais – referimo-nos, nomeadamente,

² Aristóteles, *Política*, Lisboa, Vega, 1998, Livro III, 1275 a, 20-25, p. 187. Como acrescenta noutro passo, esta definição de cidadania “é sobretudo a do cidadão num regime democrático” (*ibidem*, 1275 b, 5, p. 189).

³ Cf. Aristóteles, *ibidem*, Livro VII, 1326 b, 10-20, p. 499.

⁴ Jean-Jacques Rousseau, *Contrato Social*, Livro III, Capítulo IV, Lisboa, Presença, 1973, p. 81.

a autores como Ferdinand Tönnies (e a sua *Gemeinschaft und Gesellschaft*, de 1887), a Émile Durkheim (e a sua *De la Division du Travail Social*, de 1893) e Gabriel Tarde (e a sua *L’Opinion et la Foule*, de 1899).

Assim, no texto de recensão crítica que, em 1889, dedica à obra de Tönnies, Durkheim vê na questão do número a origem da diferença essencial entre a *Gemeinschaft* e a *Gesellschaft*:

É que a penetração das consciências pres-suposta pela comunidade não era possível senão em grupos pouco extensos, pois apenas nesta condição pode haver um conhecimento mútuo suficientemente íntimo. À medida que os agregados sociais se tornaram mais volumosos, a sociedade tornou-se menos pesada sobre o indivíduo. [...] É por isso que enquanto que a composição da *Gemeinschaft* era orgânica, a da *Gesellschaft* é mecânica. Tal é a diferença essencial de que derivam as outras.⁵

E Tarde, ao referir-se na obra atrás mencionada ao facto de, em todas as épocas, ter havido uma opinião, se bem que diferindo daquilo que modernamente assim se chama, acrescenta:

⁵ Émile Durkheim, “Communauté et société selon Tönnies”, *Revue philosophique*, 27, 1889, pp. 416 à 422. Reproduit in Émile Durkheim, *Textes. 1. Éléments d’une théorie sociale*, pp. 383 à 390. Paris: Éditions de Minuit, 1975, http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html, p. 6 (as páginas citadas referem-se à edição electrónica). Como se sabe, para Durkheim, que inverte a perspectiva de Tönnies, a “comunidade” caracteriza-se pela “solidariedade mecânica”, enquanto que a “sociedade” se caracteriza pela “solidariedade orgânica”.

No clã, na tribo, na própria cidade antiga e na cidade da idade média, toda a gente se conhecia pessoalmente, e quando, pelas conversações privadas ou pelos discursos dos oradores, uma ideia comum se estabelecia nos espíritos, ela não aparecia como uma pedra caída do céu, de origem impessoal e tanto mais prestigiada quanto mais cada um a representava ligada ao timbre da voz, ao rosto, à personalidade conhecida de que ela provinha e lhe concediam uma fisionomia viva. Pela mesma razão, ela não servia de ligação senão entre as pessoas que, vendo-se e falando-se todos os dias, quase não cometiam abusos umas sobre as outras.⁶

Ora, como será possível manter a sociabilidade – aquilo a que Tönnies chama as “relações de afirmação recíproca” – numa situação em que os homens já não partilham um mesmo espaço e o seu número impede o contacto físico e a interacção face a face? E que tipo de sociabilidade? Estas são as perguntas a que, em última análise, Ferdinand Tönnies procura responder na sua obra *Comunidade e Sociedade*, e em que faz a distinção homónima.⁷ Mais do que seguirmos aqui o percurso de tal distinção e, nomeadamente, da influência que ela teve em toda a sociologia posterior,⁸ interessa-nos tomá-la como ponto

⁶Gabriel Tarde, *L'Opinion et la Foule*, Paris, Les Presses Universitaires de France, 1989 (1901), http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html, p. 37 (as páginas citadas referem-se à edição electrónica).

⁷ Cf. Ferdinand Tönnies, *Comunidad y Asociación*, Barcelona, Ediciones Península, 1979.

⁸ Para um resumo acerca desta influência cf. Salvador Gíner, Lluís Flaquer, “Prólogo: Ferdinand Tönnies y la ciencia social moderna”, in Tönnies, *ibidem*, pp. 5-22.

de partida para a discussão da relação entre comunidade e mediatização.

3 Comunidade e sociedade

Gemeinschaft (comunidade)” e *Gesellschaft* (sociedade)⁹ constituem, segundo Tönnies, os dois tipos de “relações de afirmação recíproca” e de “associação”: “como vida orgânica e real”, no primeiro caso, “como estrutura imaginária e mecânica”, no segundo.¹⁰ *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* correspondem, simultaneamente, a duas orientações diferentes da vontade (*Wille*), enquanto orientação para o outro ser humano: i) À *Gemeinschaft* corresponde uma orientação afectiva – a vontade natural ou essencial (*Wesenwille*) –, que faz com que os homens se tratem como fins em si; ii) À *Gesellschaft* corresponde uma orientação racional – a “vontade racional-instrumental” (*Kürrville*) –, que faz com que os homens se tratem como meios.¹¹ Como exemplos de *Gemeinschaft* temos a família, a aldeia ou a nação; como exemplos de *Gesellschaft* temos um banco, um sindicato ou o próprio estado.

A comunidade, que tem o seu “gérmen” na família, nas relações entre mãe e filho, marido e mulher e irmãos e irmãs,¹² assume três formas (e graus) principais: a comunidade de sangue, assente na relação de consanguinidade (a família, o parentesco, o clã, etc.), e que é a forma primária de comunidade; a comunidade de lugar ou “comunidade de vida

⁹ Seguindo a prática corrente na língua portuguesa, traduzimos *Gesellschaft* por sociedade, evitando o termo “associação” também utilizado pelos tradutores para espanhol da obra de Tönnies.

¹⁰ Tönnies, *ibidem*, p. 27.

¹¹ Cf. Gíner, Flaquer, *op. cit.*, pp. 12-14.

¹² Cf Tönnies, *op. cit.*, p. 33 ss.

física”, que “se baseia num habitat comum” (a aldeia, a vila, a pequena cidade, etc.); a comunidade de espírito ou “comunidade de vida mental” (a nação, a religião), que “apenas envolve cooperação e acção coordenada em direcção a uma meta comum”, e que, “em conjunção com os outros”, representa o tipo de comunidade “verdadeiramente humana e suprema.”¹³ Como resume Tönnies:

O verdadeiro cimento da unidade e, consequentemente, da possibilidade de uma comunidade assenta, em primeiro lugar, na estreiteza da relação consanguínea e na mistura de sangue; em segundo lugar, na proximidade física e, por último – para os seres humanos –, na proximidade intelectual. Há que buscar as fontes de todo o tipo de entendimento nesta gradação.¹⁴

Para além das já referidas, a comunidade apresenta características como as seguintes: i) Envolve um consenso ou entendimento (*Verständnis*) tácito, que tem como seu “órgão real” a linguagem;¹⁵ ii) Implica um território próprio, uma “terra natal” (*Heimat*);¹⁶ iii) No seu sentido espiritual, identifica-se com a religião de um povo.¹⁷

Contrastando com a comunidade, em que a associação dos homens tem uma base “natural”, na sociedade a associação entre os homens é “artificial”, centrando-se na possibilidade de troca de bens e serviços por outros bens e serviços. Nesse sentido, enquanto que a comunidade é essencialmente centrípeta, pelo que os indivíduos “permanecem unidos apesar de todos os factores

que tendem a separá-los”, a sociedade é essencialmente centrífuga, pelo que os indivíduos “permanecem essencialmente separados apesar de todos os factores tendentes à sua unificação”. Aqui, cada um, enquanto “particular”, procura assegurar e preservar a sua “esfera própria”, nela recusando a inclusão e intrusão de cada um dos outros “particulares” – a “atitude negativa do particular para com o outro torna-se relação normal e primeira”. A dádiva ou o trabalho prestado a outrem só o são em troca de uma dádiva ou trabalho considerados pelo menos equivalentes – a satisfação do interesse mútuo é regra obrigatória.¹⁸ Para além destas, a sociedade apresenta características como as seguintes: i) Assenta no contrato, que regula a troca dos bens materiais e afins;¹⁹ ii) Implica a desterritorialização e um movimento centrífugo, bem simbolizados no comércio e no dinheiro implicados pela transição da agricultura para a indústria;²⁰ iii) No seu sentido espiritual, envolve a opinião pública, que tem como seu “instrumento real” a imprensa, dotada de uma vocação internacional e mundializante.²¹ Em consequência desta sua vocação, pode mesmo conceber-se como objectivo final da imprensa “a abolição da pluralidade dos estados e a sua substituição por uma única república mundial, co-extensiva com o mercado mundial, que se veria regido por pensadores, eruditos e escritores e que não manejaria outros métodos de coerção senão os de natureza psicológica”.²²

Uma das questões essenciais colocadas

¹³ Tönnies, *ibidem*, p. 39.

¹⁴ Tönnies, *ibidem*, p. 47.

¹⁵ Cf. Tönnies, *ibidem*, pp. 45-8.

¹⁶ Cf. Tönnies, *ibidem*, pp. 49-51, 246-7.

¹⁷ Cf. Tönnies, *ibidem*, p. 262.

¹⁸ Cf. Tönnies, *ibidem*, p. 67.

¹⁹ Cf. Tönnies, *ibidem*, pp. 75-83.

²⁰ Cf. Tönnies, *ibidem*, p. 83.

²¹ Cf. Tönnies, *ibidem*, pp. 261-4.

²² Cf. Tönnies, *ibidem*, p. 264.

pela distinção de Tönnies entre “comunidade” e “sociedade” é a de saber se estes termos designam realidades que correspondem a dois períodos históricos diferentes ou, antes, realidades que caracterizam qualquer período histórico – por exemplo o nosso. Por um lado, parece claro que para Tönnies comunidade e sociedade correspondem a dois períodos históricos diferentes, um mais antigo e outro mais recente: “[a] *Gemeinschaft* (comunidade) é antiga; a *Gesellschaft* (sociedade) é recente enquanto denominação e fenómeno”;²³ e, acrescenta Tönnies noutro passo, “as formas colectivas originais de comunidade desenvolveram-se até alcançar a sociedade e a vontade arbitrária da associação. No curso da história, a cultura popular deu origem à civilização do estado.”²⁴ No entanto, por outro lado, Tönnies afirma que “há que ter sempre em conta [...] a estreita relação entre todas as forças da sociedade e os seus fundamentos de tipo comunitário, quer dizer, as formas originais naturais e históricas da vida comum e da vontade comunitária”.²⁵ Ou seja, comunidade e sociedade não são necessariamente exclusivas, podendo-se ver, em toda a sociedade, a sobrevivência de laços de tipo comunitário e, em toda a comunidade, a emergência de determinadas tendências para a sociedade.

Tönnies oscilará, assim, no entender de Gíner e Flaquer, os tradutores de Tönnies para espanhol, entre duas conceitualizações contraditórias:

[...] quando Tönnies diz que a *Gemeinschaft* e a *Gesellschaft* não são dois estádios da história, dois signos distintivos

²³ Tönnies, *ibidem*, p. 29.

²⁴ Tönnies, *ibidem*, p. 269.

²⁵ Tönnies, *ibidem*, p. 265.

de períodos que se sucedem um ao outro, mas antes dois aspectos contrastados que encontramos em todas as sociedades, trata dos dois conceitos como ferramentas analíticas. Mas, quando afirma que a tendência da história da civilização é a extensão da área da *Gesellschaft* em detrimento da *Gemeinschaft*, trata os conceitos como se correspondessem a realidades empíricas e concretas e, ao mesmo tempo, propugna uma teoria inevitável e linear da mudança social. E neste sentido equivoca-se de plano.”²⁶

Como se depreende destas palavras, uma conceitualização correcta terá de afirmar que “[a] *Gesellschaft* e a *Gemeinschaft* não se dão em nenhuma sociedade em estado puro, mas antes formando mesclas cujas doses relativas podem chegar a depender do período histórico, da sociedade em questão e até da definição da situação por parte do actor”.²⁷ Algo que, acrescentamos nós, nos permite olhar para as sociedades como sendo mais “comunitárias” ou mais “societárias”, estando neste último caso, precisamente, as sociedades em que vivemos – capitalistas, burguesas, democráticas –, e, no primeiro, outras sociedades também hoje existentes, noutros pontos do globo ou mesmo entre nós, em certas ilhas específicas. E se é verdade que, à semelhança de Marx, Tönnies “vê na busca incessante da comunidade perdida uma das chaves principais para a compreensão do sentido da história”²⁸, é também o próprio Tönnies que, segundo Gíner e Flaquer, assinala que “sem comunidade não há moralidade mas sem sociedade não há

²⁶ Gíner, Flaquer, *op. cit.*, p. 21.

²⁷ Gíner, Flaquer, *ibidem*, p. 22.

²⁸ Gíner, Flaquer, *ibidem*, p. 14.

progresso”, pelo que a situação ideal seria “aquela na qual o comunismo que dimana de toda a comunidade humana solidária e altruísta se combinasse com o socialismo, como expressão associativa de toda a colectividade que se organiza institucionalmente de um modo civilizado e moderno”.²⁹

4 Da multidão ao público – o papel da mediatização

No texto, já citado, em que efectua a recensão crítica da obra de Tönnies, Durkheim, ao mesmo tempo que admite a existência dos dois tipos de “associação” postos em evidência pelo sociólogo alemão, bem como as linhas gerais da sua descrição, demarca-se, no entanto, da visão de que a *Gesellschaft* marca o início e o desenvolvimento de um individualismo e de uma “solidariedade mecânica” mais ou menos irreversíveis e apenas contrariados por um esforço crescente – e cada vez mais artificial e condenado ao fracasso – do Estado”. Assim, crê Durkheim,

[...] a vida das grandes aglomerações sociais é tão natural como a dos pequenos agregados. Ela não é nem menos orgânica nem menos interna. Fora dos movimentos puramente individuais, há nas nossas sociedades contemporâneas uma actividade propriamente colectiva que é tão natural como a das sociedades menos extensas de outrora. Ela é diferente, seguramente; ela constitui um tipo diferente, mas entre estas duas espécies de um mesmo género, por mais diversas que elas sejam, não há uma diferença de natureza.³⁰

²⁹ Gíner, Flaquer, *ibidem*, p. 14.

³⁰ Durkheim, *op cit.*, p. 8.

A “diferença” característica desta “actividade propriamente colectiva” que Durkheim atribui às sociedades contemporâneas situa-a Gabriel Tarde na emergência da nova forma de sociabilidade representada pelos “públicos”. Estes, não tendo o carácter consanguíneo e local da comunidade, não partilham menos, com ela, da comunhão mental e espiritual – não se limitando, assim, as sociedades contemporâneas ao laço racional-instrumental baseado no interesse e no contrato enfatizado por Tönnies. Não admira, portanto, que Tarde sublinhe a semelhança essencial que, neste aspecto, existe entre os públicos contemporâneos e as multidões do passado:

Apesar de todas as dissemelhanças que notámos, a multidão e o público, esses dois extremos da evolução social, têm em comum o facto de que a ligação dos indivíduos diversos que os compõem consiste não em *se harmonizarem* pelas suas próprias diversidades, pelas suas especialidades úteis uns aos outros, mas a reflectir-se entre si, a confundir-se, pelas suas similitudes inatas ou adquiridas, num simples e poderoso *unísson* – mas com quanta mais força no público que na multidão! – numa comunhão de ideias e de paixões que deixa, aliás, livre jogo à suas diferenças individuais.³¹

O público é, de acordo com a definição de Tarde, “uma multidão dispersa, em que a influência dos espíritos uns obre os outros se tornou uma acção à distância, a distâncias cada vez maiores”,³² ou, ainda, “uma colectividade puramente espiritual, uma dispersão

³¹ Tarde, *op. cit.*, p.19.

³² Tarde, *ibidem*, p. 7.

de indivíduos fisicamente separados e entre os quais existe uma coesão apenas mental”, que aumenta de forma contínua e tem uma extensão “indefinida” – não se confundindo, assim, com a multidão, pelo que só de forma imprópria ou metafórica se pode falar, como se faz habitualmente, do “público” de um teatro ou de uma assembleia.³³ Sobre a forma como se constituem os públicos, Tarde dá o seguinte exemplo:

[...] eles [os homens] estão sentados, cada um em sua casa, lendo o mesmo jornal e dispersos por um vasto território. Qual é, pois, o laço que existe entre eles? Este laço é, com a simultaneidade da sua convicção ou da sua paixão, a consciência que cada um possuiu de que esta ideia ou esta vontade é partilhada, no mesmo momento, por um grande número de outros homens. Basta que ele saiba isso, mesmo sem ver esses homens, para que seja influenciado por esses tomados em massa, e não apenas pelo jornalista, inspirador comum que, ele próprio invisível e desconhecido, se torna por isso mesmo mais fascinante. O leitor não tem consciência, em geral, de sofrer esta influência persuasiva quase irresistível do jornal que lê habitualmente.³⁴

O que explica este “contágio do público” que se exerce sobre cada um dos homens que dele fazem parte não é, contudo, o prestígio da “actualidade” que o jornal veicula, mas antes o contrário: é actual “tudo o que inspira actualmente um interesse geral, mesmo que seja um facto antigo” – como acontecia com a vida de Napoleão na altura em que Tarde

escrevia.³⁵ Na base desta “sugestão à distância” produzida nos públicos está, por paradoxal que tal pareça, “a sugestão pela proximidade” que resulta do facto de, desde crianças, cada um de nós “sentir vivamente a presença do olhar do outro” no decurso das suas atitudes, gestos, ideias, palavras, juízos e acções. Estamos, assim, depois de muitos anos, em condições de “ser impressionados mesmo pelo pensamento do olhar do outro, pela ideia de que somos objecto de atenção de pessoas afastadas de nós”. Do mesmo modo, “é depois de termos conhecido e praticado, durante muito tempo, o poder sugestivo de uma voz dogmática e autoritária, que a leitura de uma afirmação basta para nos convencer, e que mesmo o simples conhecimento da adesão de um grande número dos nosso semelhantes a esse juízo nos dispõe a julgar no mesmo sentido”. Os públicos representam, assim, uma forma de sociabilidade mais evoluída do que a multidão, e que só pôde surgir “depois de muitos séculos de vida social mais grosseira, mais elementar”.³⁶

De facto, observa Tarde, nem na Antiguidade greco-romana nem na Idade Média havia públicos mas, respectivamente, auditórios e feiras. O nascimento dos públicos dá-se com “o primeiro grande desenvolvimento da imprensa”, que ocorre no século XVI e torna o “transporte do pensamento à distância” mais importante do que o “transporte da força à distância” – como o ilustram, precisamente, os movimentos protestantes que então emergem:

Então viu-se, novidade profunda e de incalculável efeito, a leitura quotidiana e si-

³³ Cf. Tarde, *ibidem*, p. 8.

³⁴ Tarde, *ibidem*, p. 9.

³⁵ Cf. Tarde, *ibidem*, p. 10.

³⁶ Tarde, *ibidem*, p. 10.

multânea de um mesmo livro, a Bíblia, editada pela primeira vez em milhares de exemplares, dar à massa unida dos seus leitores a sensação de formar um corpo social novo, destacado da Igreja. Mas esse público nascente não era ainda ele mesmo senão uma Igreja à parte, com a qual se apresentava confundido [...]. O público como tal não se autonomizou um pouco mais claramente senão sob Luís XIV.³⁷

Um segundo momento importante na emergência dos públicos modernos coincide com a Revolução Francesa de 1789, de que “data o verdadeiro surgimento do jornalismo e, em consequência, do público, de que ela foi a febre de crescimento”: “o que caracterizou 1789, o que o passado nunca tinha visto, foi esse pulular de jornais, avidamente devorados, que eclodem nessa época. Se muitos são nados-mortos, alguns dão o espectáculo de uma difusão inaudita”³⁸.

O século XIX, com o desenvolvimento dos “processos de locomoção aperfeiçoada” e de “transmissão instantânea do pensamento à distância” – Tarde refere-se, mais concretamente, ao caminho-de-ferro, à imprensa e ao telégrafo –, permitiu aos públicos “a extensão indefinida de que eles são susceptíveis e que cava entre eles e as multidões um contraste tão marcado”, fazendo deles “o grupo social do futuro”, enquanto que as multidões, a par da família, sendo incapazes de se estenderem para além dos limites do espaço físico, se tornam “o grupo social do passado”.³⁹ Terá assim todo o sentido, contra a

tese de Gustave Le Bon, afirmar que o nosso tempo é não a “era das multidões” mas a “era do público ou dos públicos”.⁴⁰

Se é verdade que o jornal é fundamental para a definição de um público, não o são nem todos os conteúdos do jornal – não o são, nomeadamente, os “anúncios” e “as informações práticas” relativas aos “assuntos privados” dos leitores – nem todos os tipos de jornal – não o é por exemplo o “jornal-anúncios”, mas tão-só o “jornal-tribuna”, pela simples razão de que é apenas “a partir do momento em que os leitores de um mesmo jornal se deixam ganhar pela ideia ou pela paixão que a suscitou, que eles compõem verdadeiramente um público”.⁴¹

Para além das que acabámos de referir, os públicos apresentam outras características relevantes, de que se destacam as seguintes:

i) Pertença simultânea a vários públicos: uma das diferenças fundamentais entre públicos e multidões é que não se pode pertencer, simultaneamente, a mais de uma multidão – mas pode-se pertencer, e pertence-se de facto, “a vários públicos como a várias corporações ou seitas”; daí, precisamente, a maior intolerância das nações em que domina “o espírito das multidões”, e o progresso da tolerância, e mesmo de cepticismo, que acompanha a substituição gradual das multidões pelos públicos.⁴²

cedia cem mil pessoas. Os auditórios de Péricles ou de Cícero, mesmo os dos grandes pregadores da Idade Média, de um Pedro o Eremita ou de um S. Bernardo, eram sem dúvida bem inferiores. Também não se vê que o poder da eloquência, seja política, seja religiosa, tenha progredido sensivelmente na Antiguidade ou na Idade Média.” Tarde, *ibidem*, p. 12.

³⁷ Tarde, *ibidem*, p. 11.

³⁸ Tarde, *ibidem*, pp. 11-12.

³⁹ Como exemplifica Tarde: “O mais vasto auditório que se viu foi o do Coliseu; contudo, ele não ex-

⁴⁰ Tarde, *ibidem*, p. 12.

⁴¹ Tarde, *ibidem*, p. 21.

⁴² Cf. Tarde, *ibidem*, p. 13.

ii) Homogeneidade dos públicos: entre um jornal e o seu público há aquilo a que Tarde chama uma “selecção mútua” ou “adaptação mútua” – o leitor escolhe o jornal que melhor expressa as suas ideias e paixões, o jornal utiliza as ideias e paixões do leitor para o dirigir, num processo em que Tarde vê “o perigo dos novos tempos”, na medida em que permite potenciar a acção do publicista sobre o seu público.⁴³ A leitura habitual de um jornal instala, assim, entre os seus leitores, “uma comunhão de ideias sugeridas e a consciência desta comunhão – mas não desta sugestão que é, no entanto, manifesta”.⁴⁴

iii) Generalização e fragmentação dos públicos: a divisão da sociedade em múltiplos públicos, cada vez mais móveis, tende a “sobrepôr-se de forma cada vez mais visível e eficaz à sua divisão religiosa, económica, estética política, em corporações, em seitas ou profissões, em escolas ou até em partidos”.⁴⁵ Ora, cada uma destas entidades aspira, de uma forma ou outra, a transformar-se em público, a ter o seu jornal e os seus leitores à distância.⁴⁶ Esta transformação gradual de todos os grupos em públicos faz com que, nas sociedades contemporâneas, “as divisões nítidas e persistentes entre as múltiplas variedades de associação humana”, sempre conflituais, sejam substituídas por “uma segmentação incompleta e variável, de limites

⁴³ “Eis o perigo dos novos tempos. Longe, pois, de impedir que a acção do publicista seja, finalmente, decisiva sobre o seu público, a dupla selecção, a dupla adaptação que faz do público um grupo homogéneo, bem conhecido do escritor e bem manipulável, permite-lhe agir com mais força e segurança”. Tarde, *ibidem*, p.15.

⁴⁴ Tarde, *ibidem*, pp. 15-16.

⁴⁵ Tarde, *ibidem*, pp. 16-17.

⁴⁶ Cf. Tarde, *ibidem*, pp. 17-19.

indistintos, em vias de perpétua renovação e de penetração mútua”.⁴⁷

iv) Internacionalização dos públicos: não só determinados jornais e revistas têm o seu público espalhado pelo mundo inteiro, como também públicos como os religiosos, os científicos, os económicos ou os estéticos são “essencialmente e constantemente internacionais”.⁴⁸

v) O acordo dos públicos como opinião (pública): apesar da sua divergência e multiplicidade, existe um “acordo parcial dos públicos sobre alguns pontos importantes”, sendo precisamente esse acordo que constitui a opinião *pública*, “cuja preponderância política cresce cada vez mais”.⁴⁹

5 Mediatização e conversação

A opinião – que Tarde define como “um grupo momentâneo e mais ou menos lógico de juízos que, respondendo a problemas actualmente colocados, se encontram reproduzidos em numerosos exemplares em pessoas do mesmo país, do mesmo tempo, da mesma sociedade”, tendo, para além disso, cada uma delas “uma consciência mais ou menos nítida da similitude dos juízos de que ela é portadora com os juízos de que outrem é portador” –⁵⁰, distingue-se de dois outros elementos do “espírito social” ou “público” que para ela contribuem e com ela disputam as “fronteiras”: a tradição – “extracto condensado e acumulado do que foi a opinião dos mortos, herança de necessários e salutaros preconceitos” –, e a razão – “os juízos pessoais, relativamente racionais, ainda

⁴⁷ Tarde, *ibidem*, p. 32.

⁴⁸ Tarde, *ibidem*, p. 18, nota de rodapé.

⁴⁹ Tarde, *ibidem*, p. 18.

⁵⁰ Tarde, *ibidem*, p. 36.

que frequentemente irrazoáveis, de uma elite que se isola e pensa e sai da corrente popular para a estancar ou a dirigir”.⁵¹ Destes três elementos do “espírito social”, é a opinião a última a desenvolver-se mas “a mais pronta a crescer”, fazendo-o à custa das outras duas e quebrando todas as resistências que se lhe opõem.⁵²

Apesar da influência que Tarde atribui aos publicistas/jornalistas sobre o público e, consequentemente, sobre a formação da opinião,⁵³ a imprensa é apenas uma, e nem sequer a mais importante, das causas dessa opinião. Esse papel cabe, segundo Tarde, à conversação:

A transformação de uma opinião individual numa opinião social, na “opinião”, deve-se à fala pública na Antiguidade e na Idade Média, à imprensa nos nossos dias mas, em todos os tempos e antes de tudo, às conversações privadas [...].⁵⁴

Assim, pode dizer-se que “a conversação desde sempre e, presentemente, aquela que é a fonte principal da conversação, a imprensa, são os grandes factores da opinião, sem contar, bem entendido, a tradição e a razão, que

⁵¹ Tarde, *ibidem*, p. 35.

⁵² Tarde, *ibidem*, p. 35.

⁵³ Cf. Tarde, *ibidem*, pp. 14-16. Sobre a forma como Tarde se refere ao poder dos publicistas/jornalistas, veja-se o exemplo seguinte: “Estes, bem mais do que os homens de Estado, mesmo superiores, fazem a opinião e conduzem o mundo. E, quando se impuseram, que trono sólido é o seu! Comparai, à usura tão rápida dos homens políticos, mesmo dos mais populares, o reino prolongado e indestrutível dos jornalistas de alto gabarito, que lembra a longevidade de um Luís XIV ou o sucesso indefinido dos cómicos e trágicos ilustres. Não há velhice para estes autocratas.” Tarde, *ibidem*, p. 16.

⁵⁴ Tarde, *ibidem*, pp. 36-7.

nunca deixam de aí ter a sua parte e de a marcar com o seu cunho”.⁵⁵

Mas o que entende Tarde, mais concretamente, por esta “conversação” que considera não só a causa primária da opinião mas também a condição da influência que os jornais podem exercer como factor de opinião – já que, argumenta, se ninguém conversasse sobre eles, nenhuma influência poderiam ter sobre os espíritos?⁵⁶ Por conversação, diz Tarde, “entendo o diálogo sem utilidade directa e imediata, em que se fala sobretudo para falar, por prazer, por jogo, por delicadeza”.⁵⁷ A importância deste tipo de diálogo gratuito advém-lhe, fundamentalmente, do tipo de proximidade que ele instaura entre os homens – uma proximidade centrada numa atenção espontânea e, por isso, mais profunda.⁵⁸

A conversação – “os diálogos entre iguais”

⁵⁵ Tarde, *ibidem*, p. 36.

⁵⁶ Cf. Tarde, *ibidem*, pp. 42-3. Esta tese de Tarde, que representa uma espécie de antecipação da teoria do *two-step flow of communication*, explica porque é que Elihu Katz situa os incílios dos “cem anos de pesquisa em comunicação” no ensaio “A opinião e a conversação”. Cf. Elihu Katz, “One hundred years of communication research”, in José A. Bragança de Miranda, Joel Frederico da Silveira (orgs.), *As Ciências da Comunicação na Viragem do Século*, Actas do I Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, Lisboa, Vega, 2002, p. 21.

⁵⁷ Tarde, *ibidem*, p. 43.

⁵⁸ “Salvo no duelo, nunca se observa alguém com toda a força da atenção de que se é capaz senão na condição de se conversar com esse alguém. Reside aí o efeito mais constante, mais importante e menos notado da conversação. Ela marca o apogeu da *atenção espontânea* que os homens prestam uns aos outros e pela qual se interpenetram de forma infinitamente mais profunda do que em qualquer outra relação social. Fazendo-os reunir-se, ela fá-los comunicar uns com os outros por uma acção tão irresistível como inconsciente. Ela é, por conseguinte, o agente mais po-

– alimenta-se, em todas as épocas, dos “diálogos pronunciados pelos superiores”: “Em todos os tempos, os que conversam falam do que os seus padres ou os seus professores, os seus pais ou os seus mestres, os seus oradores ou os seus jornalistas, lhes ensinaram.”⁵⁹ No que se refere, especificamente, à forma como a imprensa “alimenta” a conversação, observa Tarde:

A imprensa unifica e vivifica as conversações, uniformiza-as no espaço e diversifica-as no tempo. Todas as manhãs, os jornais servem ao seu público a conversação do dia. [...] Esta similitude crescente das conversações simultâneas num domínio geográfico cada vez mais vasto, é um dos caracteres mais importantes da nossa época, pois ele explica na sua maior parte o poder crescente da opinião contra a tradição e a própria razão; e esta dissemelhança crescente das conversações sucessivas explica-nos bem, também, a mobilidade da opinião, contra-peso do seu poder.⁶⁰

O carácter da conversação como “relação social por excelência” explica porque é que a linguagem ordinária chama, a um conjunto de pessoas que têm o hábito de se reunir e conversar entre si, uma “sociedade”.⁶¹ Uma sociedade “muda” deixa, no seu essencial, de ser uma sociedade; e, reciprocamente, quando por qualquer razão um “povo civilizado” cai na barbárie, “ele torna-se relativamente mudo”.⁶²

deroso da imitação, da propagação dos sentimentos, das ideias, dos modos de acção. Tarde, *ibidem*, p. 43.

⁵⁹ Tarde, *ibidem*, p. 47.

⁶⁰ Tarde, *ibidem*, p. 51.

⁶¹ Cf. Tarde, *ibidem*, p. 58.

⁶² Cf. Tarde, *ibidem*, pp. 61-2.

Para além deste seu papel social – ou “linguístico” –, a conversação tem um papel político não menos importante. Com efeito, segundo Tarde, a evolução do poder depende da evolução da opinião e esta, por sua vez, da evolução da conversação; a evolução desta depende, por sua vez, das suas fontes – a mais importante das quais é, como vimos, a imprensa periódica, que veicula as informações sobre o que, no mundo inteiro, acontece “de excepcional, de genial, de *inventivo*, de novo”; de entre essas informações, as que se referem aos “actos do poder”, aos “factos políticos”, ocupam um lugar cimeiro. Fecha-se, assim, uma espécie de círculo: “no fim de contas, os próprios actos do poder, triturados pela imprensa, ruminados pela conversação, contribuem em larga medida para a transformação do poder”.⁶³ Para esta evolução do poder, as conversações e discussões privadas são mais importantes do que as conversações e discussões parlamentares, já que

É aí que o poder se elabora, enquanto que, nas Câmaras dos deputados e nos seus corredores, o poder usa-se e, frequentemente, desconsidera-se. [...] Os cafés, os salões, as lojas, quaisquer lugares em que se conversa, são as verdadeiras fábricas do poder. [...] O poder sai daí como a riqueza sai das manufacturas e das fábricas, como a ciência sai dos laboratórios, dos museus e das bibliotecas, como a fé sai das escolas de catecismo e dos ensinamentos maternos, como a força militar sai das fundições de canhão e dos exercícios de caserna.⁶⁴

⁶³ Tarde, *ibidem*, p. 64.

⁶⁴ Tarde, *ibidem*, pp. 64-5.

6 Conclusão

Não estando aqui em causa uma síntese mais ou menos eclética – e artificial – das perspectivas de Tönnies e Tarde, parece-nos, mesmo assim, que elas envolvem uma certa complementaridade; e, ao mesmo tempo, que esta complementaridade nos ajuda a perceber melhor o presente e, mais especificamente, a relação entre comunidade e mediatização.

No que se refere a Tönnies, consideramos fundamental a sua ideia de que a sociedade moderna não pode ser vista como uma espécie de “comunidade” (*Gemeinschaft*) mais alargada que as do passado, representando antes a emergência de uma “sociedade” (*Gesellschaft*) de uma outra natureza: assente já não na pertença – na consanguinidade, no território, no espírito colectivo –, mas no interesse mútuo – no contrato, no cosmopolitismo, na valorização dos bens materiais e afins; orientada não para o seu interior – a agricultura e a economia doméstica –, mas para o seu exterior – a indústria e o comércio; privilegiando não a tradição mas a inovação. Significa, isso, que uma tal “sociedade” corresponde a uma espécie de estágio degradado da “comunidade” originária e, assim, da própria sociabilidade humana? Que, por outras palavras, as sociedades modernas são uma espécie de sociedades de tipo inferior, quase que à beira da desagregação?

É precisamente para respondermos – negativamente – a tais questões que se revela essencial a tese de Tarde de que as sociedades modernas envolvem um tipo de “comunidades” diferentes das do passado, desterritorializadas, assentes na acção à distância e na mediatização, congregando indivíduos que partilham um mesmo conjunto de interesses,

ideias e valores, em suma, mais ou menos “imaginadas” e “virtuais”⁶⁵ – mas que nem por isso mesmo deixam de ser tão agregadoras, e mesmo constringentes, quanto as comunidades “reais”; que, e para o colocarmos na terminologia de Tönnies, a “sociedade” envolve um tipo de sociabilidade que, e passem estas expressões, não é “mais forte” ou “menos forte” que o da “comunidade” – mas tão-só distinto.

No entanto, e como o mostra a própria ênfase de Tarde na “conversação”, tal não significa que as comunidades “reais” são absorvidas pela “sociedade” e pelas comunidades “virtuais” – umas e outras representam tipos de sociabilidade não só diferentes, mas também complementares. De facto – contra Tönnies? –, obrigatório é constatar que, na sociedade contemporânea, a “sociedade”, com as suas comunidades “virtuais”, não substitui a “comunidade”; ambas vão sobrepor-se e interpenetrar-se de uma forma complexa e multifacetada, como que dividindo o universo de cada um dos indivíduos em sub-universos e sub-universos desses sub-universos discordantes e muitas vezes antagónicos.

Em termos mais genéricos, as perspectivas de Tönnies e de Tarde podem ser vistas como descobertas do facto, que se tornou uma evidência a partir de teorizações como as de Teillard de Chardin ou McLuhan,

⁶⁵ Parece-nos claro que, com a sua teorização dos “públicos”, Tarde antecipa aquilo a que Benedict Anderson chama as “comunidades imaginadas” e Howard Rheingold as “comunidades virtuais”. Cf. Benedict Anderson, *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London, New York, Verso, 1996; Howard Rheingold, *A Comunidade Virtual*, Lisboa, Gradiva, 1996.

de que as sociedades humanas se encontram submetidas a um duplo movimento: por um lado, um movimento de expansão no espaço que corresponde, também, a um aumento do número dos seus membros; por outro lado, um movimento de compensação dessa expansão através da criação de meios de comunicação cada vez mais potentes e inclusivos, tendentes a integrar tudo e todos nos nós das suas redes cada vez mais densas. A expressão “sociedade da comunicação”, consagrada nos tempos mais recentes, não é senão o reconhecimento explícito da dialéctica presente nesse duplo movimento.